



Vanessa Pereira Lima Machado

ESTUDO SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROCESSO DE COTAS NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Serviço Social da Faculdade Católica Paulista como exigência parcial para a aprovação no curso de Serviço Social.

Marília - SP

2023

RESUMO

Este estudo aborda a implementação e os impactos das políticas de cotas no Brasil, com foco nas dimensões raciais e socioeconômicas. O problema de pesquisa central investiga se essas políticas efetivamente ampliam os direitos de grupos historicamente excluídos, considerando as complexidades associadas à sua aplicação. Os objetivos deste estudo incluem a contextualização histórica das políticas de cotas, análise dos critérios e modalidades de implementação, avaliação da eficácia dessas políticas, bem como a discussão de críticas e desafios relacionados a elas. A metodologia se baseia em uma revisão bibliográfica sistemática, que engloba uma ampla gama de fontes acadêmicas. A pesquisa destaca que as políticas de cotas desempenham um papel essencial na promoção da igualdade racial e socioeconômica no ensino superior brasileiro, ampliando o acesso de estudantes de grupos minoritários. No entanto, os critérios de implementação levantam questões de mérito e justiça social, enquanto a efetividade das políticas varia, sendo as cotas raciais mais eficazes do que as cotas sociais. Os desafios incluem garantir a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas, além de melhorar a qualidade da educação básica. Em resumo, este estudo ressalta o impacto positivo das políticas de cotas no Brasil na promoção da igualdade, mas enfatiza a necessidade de abordar questões mais amplas para alcançar uma igualdade de oportunidades completa.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Cotas, Inclusão Social, Igualdade de Oportunidades.

ABSTRACT

This study delves into the implementation and impact of affirmative action policies in Brazil, focusing on both racial and socioeconomic dimensions. The central research problem investigates whether these policies effectively enhance the rights of historically marginalized groups, considering the complexities associated with their application. The study's objectives encompass the historical contextualization of affirmative action policies, analysis of the criteria and modalities of implementation, evaluation of the policies' effectiveness, as well as a discussion of criticisms and challenges related to them. The methodology is based on a systematic literature review, encompassing a wide range of academic sources. The research highlights that affirmative action policies play a crucial role in promoting racial and socioeconomic equality in Brazilian higher education, expanding access for minority group students. However, the implementation criteria raise questions of merit and social justice, while the effectiveness of the policies varies, with racial quotas proving more effective than socioeconomic quotas. Challenges include ensuring the persistence and success of quota students and improving the quality of basic education. In summary, this study underscores the positive impact of affirmative action policies in Brazil in promoting equality but emphasizes the need to address broader issues to achieve complete equal opportunity.

KEYWORDS: Quota Policies, Social Inclusion, Equal Opportunities.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 METODOLOGIA DA PESQUISA	4
3 OBJETIVOS	4
3.1 OBJETIVO GERAL	4
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
4 REFERENCIAL TEORICO	5
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE COTAS NO BRASIL	5
4.2 CRITÉRIOS DE INSERÇÃO DE COTAS NO BRASIL	6
4.3 PROCESSO DE COTAS COMO GARANTIDOR DE DIREITOS	7
5 RESULTADOS	8
5.1 EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE COTAS	8
5.2 CRÍTICAS E DESAFIOS	9
5.3 PERSPECTIVAS FUTURAS	11
5.4 IMPACTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	12
5.5 CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	13
6 DISCUSSÃO	14
7 CONCLUSÃO	15
REFERENCIAS	17

1 INTRODUÇÃO

A promoção da igualdade de direitos e oportunidades é uma meta fundamental em sociedades democráticas, e o Brasil, com sua rica diversidade étnica e socioeconômica, não é exceção. A instituição do processo de cotas representa uma estratégia significativa na busca pela correção de desigualdades históricas e discriminações profundamente arraigadas (Ferreira, 2021). No entanto, uma questão central se coloca: o processo de cotas no Brasil efetivamente amplifica direitos?

Esta pesquisa propõe um estudo aprofundado por meio de revisão bibliográfica qualitativa, com o objetivo geral de estudar a instituição de cotas no Brasil. Além disso, busca atingir os seguintes objetivos específicos: traçar a contextualização histórica das políticas de cotas no Brasil, identificando os principais marcos e evoluções que levaram à sua implementação; identificar e analisar os critérios e modalidades de inserção das cotas no contexto brasileiro, abrangendo dimensões raciais e socioeconômicas; e analisar a eficácia do processo de cotas, conforme discutido por diversos autores e estudiosos, no que se refere à garantia e ampliação dos direitos de grupos historicamente marginalizados.

A justificativa para esta pesquisa repousa na importância de avaliar o impacto real das políticas de cotas no Brasil, considerando sua abrangente implementação em várias esferas da sociedade. À medida que essas políticas se tornaram parte integrante do cenário brasileiro, tornou-se imperativo avaliar seu impacto real e identificar desafios persistentes. Além disso, esta pesquisa contribuirá para enriquecer o debate público sobre direitos humanos, igualdade de oportunidades e ação afirmativa no contexto brasileiro.

Com base em discussões e debates preexistentes sobre o processo de cotas no Brasil, nossa hipótese inicial é que essas políticas têm o potencial de amplificar direitos, especialmente no acesso à educação e às oportunidades socioeconômicas. No entanto, também consideramos que existem desafios e críticas associados à sua implementação. A pesquisa buscará testar empiricamente essa hipótese, fornecendo uma base sólida para a análise crítica das políticas de cotas no Brasil e suas implicações na promoção da igualdade de direitos e oportunidades.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia selecionada consiste em uma revisão bibliográfica qualitativa detalhada, com o intuito de estudar a implementação de sistemas de cotas no Brasil. A abordagem envolve a seleção e análise de fontes acadêmicas presentes em bases de dados como Google Scholar, Scielo, Scopus, Sciencedirect, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Os critérios para a seleção das fontes focarão nos aspectos históricos, políticos e sociais das políticas de cotas no Brasil, utilizando palavras-chave como "cotas raciais no Brasil", "cotas sociais" e termos relacionados. Os artigos passarão por uma triagem inicial baseada em títulos e resumos, seguida por uma avaliação detalhada do conteúdo, objetivos, metodologia e resultados.

Uma análise crítica será realizada para avaliar a qualidade, relevância e metodologia das fontes selecionadas, extraindo informações pertinentes para uma tabela estruturada de dados. Essa tabela gerenciará informações dos artigos, como ano de publicação, autor, título, método de pesquisa e principais conclusões. A pesquisa incluirá no máximo quatro artigos publicados nos últimos cinco anos.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Estudar por meio de revisão sistemática de dados a instituição de cotas no Brasil.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Traçar a contextualização histórica de cotas do Brasil;
- Apontar quais são os critérios de inserção de cotas no país;
- Analisar se o processo de cota, segundo os autores, é garantidor de direitos.

4 REFERENCIAL TEORICO

Ao longo da história, especialmente durante os cerca de trezentos anos de escravidão, a população negra enfrentou extremas adversidades, sendo desumanizada e tratada como propriedade de seus senhores, sujeita a discriminação implacável. Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, os negros não foram efetivamente equiparados em termos de oportunidades, uma vez que a maioria continuou subjugada a trabalhos precários, sem acesso a serviços básicos como saúde, educação e habitação, destacando a persistente desigualdade (Ferreira e Guimarães, 2021).

Segundo Carla Bassanezi Pinsky (2000) e SISS (2003) *apud* Ferreira e Guimarães (2021), a exclusão social dos negros hoje em dia é uma herança da longa história de escravidão, com a falta de oportunidades educacionais sendo uma das consequências mais significativas. A conclusão da educação básica dentro do prazo adequado permanece distante para muitos jovens brasileiros, sendo os negros especialmente prejudicados em termos de acesso e permanência nas escolas.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE COTAS NO BRASIL

O ano de 2001 marcou um ponto crucial no contexto da exclusão social dos negros devido à III Conferência contra Xenofobia e Discriminação em Durban, na África do Sul, que expôs internacionalmente as questões raciais no Brasil, abalando a sua reputação de harmonia racial. Representantes do movimento negro brasileiro denunciaram o "racismo à brasileira" e sua persistência, apesar de disfarçado. Isso impulsionou o Brasil a assumir um compromisso formal de combater o racismo e buscar a reparação de danos históricos. Nesse contexto, as "ações afirmativas," como as cotas universitárias, surgem como uma alternativa que valoriza a identidade de grupos étnicos e sociais em desvantagem, buscando sua integração na sociedade em vez de punir o comportamento racista (Guarnieri e Melo-Silva, 2017).

O impacto político da Conferência de Durban não apenas estimulou ações do Governo Federal, mas também influenciou a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) a estabelecer o sistema de cotas raciais nas universidades do estado. Isso reflete uma resposta às demandas de combate ao racismo e à promoção da igualdade de oportunidades no contexto educacional (Ferreira, 2021).

Ainda segundo Ferreira (2021), a partir do pioneirismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade do Norte Fluminense em 2001, a adoção do sistema de cotas raciais ganhou impulso. No ano seguinte, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) reservou 40% das vagas para estudantes negros, seguida pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) com cotas de 20% para negros e 10% para indígenas. A Universidade de Brasília (UNB) se tornou a primeira instituição federal a implementar essa política, com 20% de suas vagas destinadas a estudantes negros, e a Universidade de Alagoas (UFAL) também adotou cotas de 20% para estudantes negros em 2003. No ano seguinte, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) seguiram o exemplo, contribuindo para a aprovação da lei nº 11.096/2005, que estabeleceu o Programa Universidade para Todos em instituições privadas, ampliando significativamente o acesso de jovens negros ao ensino superior. Finalmente, o processo de democratização do acesso às universidades foi regulamentado pela lei 12.711/2012, que instituiu o sistema de cotas nas instituições federais de ensino, proporcionando um programa sistematizado para promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados nessas instituições.

4.2 CRITÉRIOS DE INSERÇÃO DE COTAS NO BRASIL

A Lei Federal nº 12.711/2012 foi sancionada em meio a um amplo debate sobre cotas na sociedade brasileira, considerando o crescente número de instituições que já adotavam ações afirmativas em seus processos de seleção. Seu impacto imediato foi a obrigatoriedade das cotas em instituições de ensino superior federais que ainda não as tinham implementado, além de uniformizar essa política entre as instituições federais. Mesmo aquelas que já tinham políticas de cotas tiveram que se ajustar à nova legislação. A lei, aprovada em 2012, tornou obrigatória a reserva de vagas para alunos de escolas públicas, de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI) nas instituições federais de ensino superior e técnico. Isso levou a mudanças nos processos seletivos já a partir de 2013 (Guerrini,2018).

De maneira concisa, a política de cotas envolve critérios inter-relacionados para identificar beneficiários. Inicialmente, 50% das vagas em cursos, turnos e instituições federais ligadas ao Ministério da Educação (MEC) são destinadas a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Além disso, dentro desse primeiro

grupo, há uma subdivisão, chamada "subcotas," que prioriza: 1) pelo menos 50% dos estudantes vindos de famílias com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; 2) uma proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) igual ou superior à soma desses grupos na respectiva unidade da Federação (UF) onde a instituição de ensino está localizada, conforme o último censo demográfico. Esses critérios formam a base das cotas nas universidades federais no Brasil (Senkevics e Mello, 2022).

4.3 PROCESSO DE COTAS COMO GARANTIDOR DE DIREITOS

A educação desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais, sendo essencial para a construção de um verdadeiro Estado de Direito Democrático Social. Nesse contexto, as políticas afirmativas ganham destaque, uma vez que a concepção de igualdade de oportunidades e mérito por si só não é suficiente para diminuir as disparidades. John Rawls questiona a noção de justiça social na estrutura básica da sociedade, discordando do conceito de mérito e ressaltando que a posição inicial de um indivíduo é influenciada por sua condição social, familiar e econômica. Daflon, Feres Júnior e Campos destacam que as ações afirmativas se diferenciam das políticas puramente punitivas ao atuarem em prol de coletividades discriminadas e indivíduos potencialmente discriminados, tanto prevenindo a discriminação como reparando seus efeitos. Rawls argumenta que a justiça social é alcançada ao garantir o acesso a bens primários que permitam às pessoas buscar seu próprio bem-estar e desenvolver suas capacidades morais, estabelecendo um mínimo comum. Apesar dos avanços, fica evidente que a universalização do acesso ao ensino superior e a democratização da entrada no ensino público ainda enfrentam desafios consideráveis (Rawls, 2008; Daflon, Feres Júnior e Campos, 2013 *apud* Ferreira, 2020)

Os avanços alcançados através da política de cotas são inegáveis, representando uma conquista crucial para milhares de pessoas negras, indígenas, pobres e deficientes que, ao longo da história, enfrentaram discriminação e exclusão, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Além disso, essa política é um símbolo das lutas e da resistência de diversos movimentos sociais. Embora sujeita a críticas e necessitando de complementos de outras políticas educacionais, as cotas abriram portas para que esses grupos, frequentemente negligenciados, tenham acesso a uma

educação superior pública de qualidade e possam competir de maneira mais equitativa em concursos públicos para ingressar no mercado de trabalho (Pinheiro e Soares, 2020).

5 RESULTADOS

Utilizando da metodologia supracitada, foram selecionados quatro artigos que estão contidos resumidamente no ANEXO I. Para apresentação dos resultados, os temas a serem discutidos abrangem uma ampla gama de aspectos relevantes. Sendo assim, iniciaremos com a "efetividade das políticas de cotas", examinaremos de forma minuciosa os resultados e impactos observados em áreas diversas da sociedade brasileira. Não deixaremos de lado também as "críticas e desafios" associados à implementação das cotas, uma vez que é fundamental abordar as controvérsias e obstáculos que surgiram nesse contexto. Além disso, consideraremos as "perspectivas futuras" das políticas de cotas, traçando possíveis direções para o futuro dessas iniciativas.

A análise do "impacto na sociedade brasileira" será um elemento central, permitindo-nos avaliar o alcance das políticas de cotas em termos de igualdade de direitos e inclusão social. Finalmente, examinaremos as "contribuições para políticas públicas", visando entender como as lições aprendidas com as políticas de cotas podem informar políticas futuras em busca de uma sociedade mais equitativa e justa.

5.1 EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS DE COTAS

De acordo com Ferreira e Guimarães (2021), a adoção de cotas raciais nas instituições de ensino superior públicas do Brasil é um tópico que provoca debates intensos e divisões de opinião. Essas discussões envolvem críticas em relação aos critérios de seleção dos estudantes cotistas, à qualidade do ensino em escolas públicas e à percepção de "injustiça" em relação aos estudantes não cotistas, entre outros pontos. No entanto, numerosos estudos e pesquisas têm demonstrado a eficácia das cotas raciais como uma ferramenta significativa para promover a igualdade racial e enriquecer a diversidade nas universidades.

Senkevics e Mello (2022) analisaram o desempenho das políticas de cotas na educação superior ao longo da última década, ressaltando seu papel fundamental na

inclusão de estudantes de baixa renda e minorias étnicas, como pretos, pardos e indígenas, no ensino superior público. Eles destacam pesquisas que indicam que as cotas raciais têm obtido maior êxito do que as cotas sociais em aumentar as matrículas de alunos de escolas públicas e estudantes pertencentes a esses grupos étnicos, chegando a ser quase cinco vezes mais efetivas no caso dos alunos pretos, pardos e indígenas de escolas públicas.

Silva *et al.* (2020) enfatiza que as políticas de cotas demonstraram eficácia em aumentar a representação de estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos, como negros, pardos e indígenas, nas instituições de ensino superior. No entanto, ressalta que as cotas, por si só, não são uma solução completa para assegurar igualdade de oportunidades, sendo essencial direcionar esforços para aprimorar o ensino básico e reduzir disparidades socioeconômicas.

Pinheiro *et al.* (2021) fornece uma revisão abrangente de pesquisas que examinaram o desempenho dos beneficiários das políticas de cotas em universidades estaduais. Os resultados demonstram que os estudantes cotistas alcançaram desempenhos semelhantes e, em alguns casos, até superiores aos demais estudantes, apresentando maiores taxas de formatura e menores índices de evasão. Isso sugere que as políticas de cotas têm desafiado as preocupações anteriores de que poderiam prejudicar a qualidade da educação e a própria instituição. Entretanto, o estudo também destaca que, em algumas pesquisas, foram observadas disparidades no desempenho acadêmico dos estudantes cotistas, principalmente em cursos de ciências exatas, o que aponta para a importância de ampliar as discussões sobre programas destinados a minimizar quaisquer deficiências do sistema de ensino público.

5.2 CRÍTICAS E DESAFIOS

Segundo Ferreira e Guimarães (2021), entre as questões levantadas estão as preocupações sobre a "injustiça" percebida por alguns estudantes não cotistas, a qualidade da educação nas escolas públicas, a autodeclaração de estudantes como pretos, pardos ou indígenas, a falta de critérios objetivos para a seleção dos cotistas, entre outros aspectos críticos. Por outro lado, os desafios incluem garantir a permanência e o sucesso dos estudantes cotistas na educação superior por meio de programas de apoio, combater o preconceito e a discriminação no ambiente

universitário e ampliar o acesso de estudantes negros e indígenas a outros níveis educacionais, como a pós-graduação, entre outros fatores.

Senkevics e Mello (2022) fazem críticas à norma que direciona 50% das vagas das cotas para estudantes de baixa renda provenientes de escolas públicas. Eles destacam que a definição de um novo critério exigiria uma análise abrangente para considerar os possíveis impactos de cada alternativa, assim como a interação entre todos os critérios da política. No entanto, ressaltam que essa crítica não deve ser usada para diminuir a importância de oferecer benefícios a estudantes de baixa renda. Além disso, os autores identificam desafios a serem superados para assegurar a eficácia das políticas de cotas, incluindo aprimorar os critérios de seleção, garantir o sucesso e a permanência desses estudantes nas universidades e ampliar o acesso à educação básica de qualidade para que mais alunos possam se beneficiar das cotas.

De acordo com Silva *et al.* (2020), as críticas abordam questões como meritocracia, justiça social e preocupações com a qualidade do ensino. Além disso, as cotas são vistas por alguns como uma solução paliativa para os problemas na educação pública. O artigo também enfatiza que as cotas, por si só, não garantem a igualdade de oportunidades e ressalta a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica e reduzir desigualdades sociais e econômicas. Quanto aos desafios, destaca a importância de avaliar o impacto das cotas no mercado de trabalho para promover a mobilidade social e reitera a necessidade de políticas que aprimorem a educação básica e reduzam desigualdades sociais e econômicas para que as cotas tenham um impacto mais eficaz na promoção da igualdade de oportunidades.

Pinheiro *et al.* (2021) analisa tanto os argumentos a favor quanto os argumentos contrários às políticas de cotas, evidenciando que a implementação dessas políticas tem sido alvo de críticas por parte de certos setores da sociedade. Estes críticos argumentam que as cotas podem ser interpretadas como uma violação do princípio da igualdade, uma vez que propõem critérios diferentes de seleção em comparação com o mérito acadêmico. Ademais, o estudo destaca os desafios associados à implementação das cotas, incluindo a necessidade de ampliar o diálogo sobre programas destinados a mitigar eventuais deficiências no sistema educacional público e de melhorar os critérios de seleção dos estudantes cotistas. Também é ressaltada a importância da avaliação contínua dos resultados das políticas de cotas para a identificação de possíveis ajustes e aprimoramentos.

5.3 PERSPECTIVAS FUTURAS

Uma das principais perspectivas que Ferreira e Guimarães (2021) apresentam é a continuação e melhoria das cotas raciais, visando aumentar o acesso de estudantes negros e indígenas ao ensino superior público do Brasil e assegurar seu êxito acadêmico. Ademais, enfatiza-se a importância de estender o acesso dos cotistas a outros níveis de ensino, como a pós-graduação, e garantir sua inserção no mercado de trabalho, através de medidas de inclusão e combate à discriminação. Além disso, a conscientização sobre a promoção da igualdade racial e valorização da diversidade nas instituições de ensino e na sociedade em geral é uma perspectiva vital. Por fim, reconhece-se que as cotas raciais são uma política relativamente recente, e há espaço para discussões e melhorias contínuas.

Senkevics e Mello (2022) apresentam reflexões sobre o futuro da Lei de Cotas por meio de quatro pilares: a reserva de vagas para egressos da rede pública, para estudantes de baixa renda, para pretos, pardos e indígenas e a implementação via Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Eles apresentam limites, desafios e proposições visando ao aprimoramento da legislação. Os autores destacam que a política de cotas tem sido fundamental para a inclusão de estudantes de baixa renda, pretos, pardos e indígenas no ensino superior público, contribuindo para a maior equidade de acesso ao ensino superior no país.

Silva *et al.* não aborda diretamente o futuro das políticas de cotas, mas enfatiza a necessidade de avaliar o impacto dessas políticas no mercado de trabalho e de implementar políticas públicas que aprimorem a qualidade da educação básica e reduzam as disparidades sociais e econômicas. Isso implica que o futuro das políticas de cotas estará intrinsecamente ligado ao êxito delas na promoção da mobilidade social e na redução das desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Pinheiro *et al.* (2021) não aborda detalhadamente o que o futuro reserva para as políticas de cotas. No entanto, ele enfatiza a necessidade de manter uma avaliação constante dos resultados dessas políticas, visando identificar áreas que podem ser ajustadas e aprimoradas.

5.4 IMPACTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Conforme Ferreira e Guimarães (2021), as cotas raciais têm contribuído significativamente para promover a igualdade racial e a diversidade nas universidades, ampliando o acesso de estudantes negros e indígenas ao ensino superior público no Brasil. Além disso, elas desempenham um papel crucial no combate ao racismo e na desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo uma sociedade mais inclusiva. A valorização da diversidade cultural e étnica nas universidades também é um impacto relevante, enriquecendo o ambiente acadêmico e preparando profissionais para atuar em uma sociedade diversificada.

Senkevics e Mello (2022) salientam que as políticas de cotas desempenham um papel crucial na integração de estudantes de baixa renda, afrodescendentes e indígenas no ensino superior público, promovendo uma maior igualdade de oportunidades no acesso à educação superior no país. Além disso, enfatizam que tais políticas têm o potencial de contribuir significativamente para a redução das disparidades sociais e raciais no Brasil, uma vez que a educação desempenha um papel essencial na promoção da mobilidade social e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Silva *et al.* (2020) enfatiza que as políticas de cotas têm sido bem-sucedidas em ampliar a presença de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados, como negros, pardos e indígenas, nas universidades. Isso implica que essas políticas desempenham um papel positivo na promoção da igualdade de oportunidades e na mitigação das disparidades sociais e econômicas no Brasil. No entanto, o artigo também sublinha que as cotas, por si só, não são suficientes para garantir uma igualdade plena, sendo necessário investir em políticas públicas que aprimorem a qualidade da educação básica e reduzam as desigualdades sociais e econômicas.

Pinheiro *et al.* (2021) ressalta que as políticas de cotas têm um efeito benéfico na sociedade brasileira, ao fomentar a inclusão social e mitigar as disparidades educacionais. Elas proporcionam oportunidades para estudantes de baixa renda e pertencentes a grupos que historicamente enfrentaram exclusão no ensino superior, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e imparcial.

5.5 CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Ferreira e Guimarães (2021) destacam o papel crucial das cotas raciais na promoção da igualdade e diversidade nas universidades. Além de aumentar o acesso de estudantes negros e indígenas ao ensino superior público, essas políticas contribuem para políticas públicas mais inclusivas e democráticas, combatendo preconceitos e estereótipos. A valorização da diversidade cultural e étnica enriquece o ambiente acadêmico e prepara profissionais para atuar em uma sociedade diversa. Apesar de recentes, as cotas raciais demonstram impacto significativo na promoção da igualdade e diversidade no Brasil.

Senkevics e Mello (2022) destacam que a política de cotas desempenha um papel fundamental na inclusão de estudantes de baixa renda, bem como aqueles que são pretos, pardos e indígenas, nas instituições de ensino superior públicas, contribuindo significativamente para uma maior equidade no acesso ao ensino superior em todo o país. Além disso, afirmam que essa política pode desempenhar um papel relevante na redução das disparidades sociais e raciais no Brasil, visto que a educação desempenha um papel vital na promoção da mobilidade social e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os autores também ressaltam a importância de aprimorar os critérios de seleção, garantir a permanência e o sucesso desses estudantes nas universidades, e expandir o acesso à educação básica de qualidade, a fim de permitir que um número maior de estudantes se beneficie das cotas.

Silva *et al.* (2020) salienta que as cotas podem ser encaradas como uma medida destinada a atenuar disparidades e ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior. O autor também enfatiza a desigualdade de oportunidades na educação e realça a importância de políticas governamentais que busquem superar essas disparidades. Adicionalmente, ressalta a relevância do ensino superior como uma via para a mobilidade social e destaca a necessidade de iniciativas públicas que aprimorem a qualidade da educação básica e ampliem as oportunidades de ingresso no ensino superior.

Pinheiro *et al.* (2021) realça que os dados apresentados podem servir como base para o desenvolvimento de políticas públicas de cotas na área de educação, oferecendo informações que podem atuar como um indicador nacional de acompanhamento e enriquecer a formulação de políticas diante de desafios atuais

relacionados à disseminação de informações enganosas e negação de evidências científicas.

6 DISCUSSÃO

O sistema de cotas no Brasil é um tema que tem gerado intensos debates e controvérsias ao longo dos anos, e tem sido objeto de análise por diversos pesquisadores. O problema de pesquisa que norteia esse estudo é se o processo de cotas no Brasil efetivamente amplifica direitos. Para buscar respostas a essa questão, a pesquisa se propõe a traçar um panorama abrangente da instituição das cotas no Brasil, desdobrando-se em objetivos específicos que incluem contextualizar historicamente as políticas de cotas, identificar os critérios e modalidades de implementação dessas políticas e analisar sua eficácia na promoção dos direitos de grupos historicamente marginalizados.

Em relação à efetividade das políticas de cotas, a literatura aponta para diversos estudos que indicam a contribuição dessas políticas na promoção da igualdade racial e na diversificação das universidades. Conforme observado por Senkevics e Mello (2022), as cotas raciais têm se mostrado mais eficazes do que as cotas sociais em aumentar o acesso de estudantes de escolas públicas e pertencentes a grupos étnicos historicamente marginalizados ao ensino superior público. No entanto, é importante ressaltar, como destacado por Silva et al. (2020), que as cotas não são uma solução completa, e é essencial direcionar esforços para a melhoria da qualidade da educação básica e a redução das desigualdades socioeconômicas.

As críticas e desafios associados às políticas de cotas incluem preocupações com a percepção de "injustiça" por parte de estudantes não cotistas, a qualidade da educação nas escolas públicas e a autodeclaração dos estudantes como pretos, pardos ou indígenas. Esses pontos críticos são destacados por Ferreira e Guimarães (2021). Senkevics e Mello (2022) criticam a norma que direciona 50% das vagas das cotas para estudantes de baixa renda provenientes de escolas públicas, ressaltando a necessidade de aprimorar os critérios de seleção e garantir o sucesso e a permanência dos estudantes cotistas nas universidades. Também é importante avaliar o impacto das cotas no mercado de trabalho, como sugerido por Silva et al. (2020).

Pinheiro et al. (2021) enfatiza a importância de ampliar o diálogo sobre programas destinados a minimizar eventuais deficiências no sistema de ensino público.

As políticas de cotas têm tido um impacto profundo na sociedade brasileira, contribuindo para a promoção da igualdade racial, a diversidade nas universidades e a desconstrução de estereótipos e preconceitos, como apontado por Ferreira e Guimarães (2021). Além disso, essas políticas têm desempenhado um papel importante na integração de estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos no ensino superior público, conforme destacado por Senkevics e Mello (2022). A ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior, graças às cotas, tem contribuído para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, como enfatizado por Pinheiro et al. (2021).

No âmbito das contribuições para políticas públicas, as cotas raciais têm sido cruciais para a promoção da inclusão social, a mitigação de disparidades educacionais e a criação de oportunidades para estudantes de baixa renda e grupos historicamente marginalizados, como observado por Silva et al. (2020). Além disso, essas políticas fornecem informações valiosas que podem enriquecer a formulação de políticas públicas diante dos desafios atuais, como a disseminação de informações enganosas e a negação de evidências científicas, como sugerido por Pinheiro et al. (2021).

Em suma, o sistema de cotas no Brasil é uma ferramenta complexa e multifacetada que tem gerado debates, críticas e desafios. No entanto, a literatura analisada sugere que as políticas de cotas têm desempenhado um papel crucial na promoção da igualdade racial, na diversificação das universidades e na inclusão de estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos no ensino superior. Ao enfrentar os desafios identificados, é possível aprimorar ainda mais essas políticas e garantir que continuem a ampliar direitos e a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva no Brasil.

7 CONCLUSÃO

Ao analisar os resultados à luz dos objetivos traçados neste estudo, podemos constatar que as políticas de cotas raciais no Brasil efetivamente contribuíram para ampliar direitos e promover a igualdade de oportunidades no ensino superior.

A análise das pesquisas citadas revelou que as políticas de cotas tiveram um impacto significativo na diversificação das universidades, permitindo o acesso de

estudantes de baixa renda e de grupos étnicos minoritários, como negros, pardos e indígenas, ao ensino superior público. Isso demonstra que essas políticas estão alinhadas com o objetivo de ampliar direitos e promover a igualdade de oportunidades.

A justificativa para este estudo repousa na importância de avaliar o impacto real das políticas de cotas no Brasil, considerando sua abrangente implementação em várias esferas da sociedade. Através da análise das pesquisas, pudemos constatar que as cotas raciais desempenharam um papel crucial na promoção da igualdade racial, na redução das disparidades sociais e no enriquecimento da diversidade nas universidades.

O problema de pesquisa central, que questionava se o processo de cotas no Brasil efetivamente amplifica direitos, pode ser respondido com base nas evidências apresentadas. A análise das pesquisas e dos resultados sugere que, sim, as políticas de cotas têm amplificado direitos ao permitir o acesso de grupos historicamente marginalizados à educação superior.

Portanto, com base nos objetivos, na justificativa, no problema de pesquisa inicial, podemos concluir que as políticas de cotas étnico-raciais no Brasil têm tido um impacto positivo na promoção da igualdade de direitos e na ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior para grupos historicamente marginalizados. Essas políticas desempenham um papel relevante na construção de uma sociedade mais inclusiva e na promoção da diversidade no ambiente acadêmico, cumprindo assim os objetivos propostos neste estudo.

REFERENCIAS

FERREIRA, Ieda Duarte; GUIMARÃES, Caio Henrique Santos. **A efetividade das cotas raciais no ensino superior público no Brasil frente a Lei nº 12.711/2012**. 2021. Revista do Curso de Direito do Centro Universitário de Barra Mansa/UBM, Barra Mansa, RJ, v.6, n.1, p.95-110. Disponível em: <<https://www.ubm.br/revista-direito/pdf/Ieda%201%20%20Artigo%20Revisado%20%20Revista%20do%20Direito.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2023.

FERREIRA, Nara Torrecilha. **Desigualdade racial e educação**: uma análise estatística das políticas afirmativas no ensino superior. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.36. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/cKtfPwXVvs4VvBgTw3FvWTL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 out. 2023.

FERREIRA, Renato. **Uma história afirmativa**: cotas raciais 20 anos depois. Revista da ABPN, v. 13, n. 38, 2021, p.422-442. 2021. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1327/1242>>. Acesso em: 14 out. 2023.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. **Cotas Universitárias no Brasil**: análise de uma década de produção científica. 2017. Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 21, Número 2, Maio/Agosto de 2017: 183-193. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pee/a/4jyF7L8ncM6QTvKM3TzjdGj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 out. 2023.

GUERRINI, Daniel et al. **Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012**: o câmpus de Londrina da universidade tecnológica federal do Paraná (UTFPR). Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 99, n. 251, p. 17-36, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/JYdDHSZWGfYpNG7ZY859CCS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 out. 2023.

PINHEIRO, Carina Lilian Fernandes; SOARES, Maria de Lourdes. **A lei de cotas por um fio**: o retrocesso social atual. Em pauta, Rio de Janeiro, 1º Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 196 – 210. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47228/31988>>. Acesso em: 14 out. 2023.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; XAVIER, Wesley Silva. **Impactos das cotas no ensino superior**: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. Revista Brasileira de Educação v. 26, e260020, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pJbNpfcXxbkPtzwwg3CWrSMD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 21 out. 2023.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. **Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (Lei nº 12.711/2012)**. 2022. Disponível em:

<<http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5384/4094>>.
Acesso em: 14 out. 2023.

SILVA, Bruna Caroline Moreira; SILVA, Wesley Xavier; DE MELO, Thiago Teixeira da Costa. **Sistema de cotas e desempenho**: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal de Viçosa Administração Pública e Gestão Social, vol. 12, núm. 3, 2020. Universidade Federal de Viçosa, Brasil.
Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/6125/5769>>. Acesso em 21 out. 2023.

ANEXO I

Tabela 1 - Artigos selecionados

Autor(es)	Titulo	Tipo de produção/ano	Objetivos	Metodologia	Principais resultados
Ferreira e Guimarães.	A efetividade das cotas raciais no ensino superior público no Brasil frente a lei nº 12.711/2012.	Artigo/2021	Analisar a efetividade das cotas raciais no ensino superior público no Brasil frente a Lei 12.711/2012.	Revisão bibliográfica e se estrutura com bases na história da formação da sociedade brasileira e no princípio constitucional da igualdade, um dos principais norteadores do direito.	Os mecanismos de promoção da igualdade racial, em especial, a Lei de Cotas, foram determinantes para a inclusão do público alvo neste sistema educacional.
Senkevics e Mello	Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (lei nº 12.711/2012)	Artigo/2022	Realizar um balanço dos avanços, limites e desafios da política de cotas	Revisão de literatura recente e apresentar resultados de pesquisas próprias para pensar o futuro da Lei de Cotas por meio de quatro pilares.	Concluíram que a política se mostrou satisfatória em seus resultados e promoveu grande inclusão no acesso ao ensino

<p>Silva <i>et al.</i></p>	<p>Sistema de cotas e desempenho: uma comparação entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal de Viçosa</p>	<p>Artigo/2020</p>	<p>Analisar o desempenho de alunos cotistas e não cotistas, bem como as taxas de evasão universitária</p>	<p>Estudo quantitativo com uma amostra de 4906 estudantes.</p>	<p>Estatisticamente não há diferença de desempenho entre cotistas e não cotistas na grande maioria dos cursos. Além disso, identificaram que o desempenho dos estudantes não se correlaciona às notas de entrada na universidade, obtidas a partir da realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por fim, verificaram que a taxa de evasão de estudantes cotistas é menor do que de estudantes não cotistas.</p>
<p>Pinheiro <i>et al</i></p>	<p>Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais</p>	<p>Artigo/2021</p>	<p>Sistematizar as pesquisas que avaliaram o desempenho dos beneficiários das ações afirmativas nas universidades estaduais</p>	<p>Revisão integrativa da literatura, buscou-se identificar a sua efetividade a partir de três dimensões: índices de rendimento acadêmico; taxa de evasão; e taxa de diplomação entre cotistas e ampla concorrência</p>	<p>Ao longo dos dezessete anos de políticas afirmativas, os cotistas obtiveram rendimentos similares aos demais estudantes, superando-os, inclusive, nos índices de diplomação e nas menores taxas de evasão</p>

